



A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1904-1930)

Carlos José de Farias Pontes; Jânio Pablo Oliveira Farias; Jhonathan Martins da Costa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - UFAC

RESUMO

O presente artigo busca descrever o projeto educacional escolar do Governo Federal durante a República Velha ou Primeira República (1889-1930) e fazer um paralelo com as propostas dos administradores do recém-criado Território Federal do Acre, a partir da sua anexação ao Brasil até o fim do primeiro período republicano. Pretende-se contribuir para uma compreensão de como se constituiu a cultura escolar moderna, levando em consideração os esforços dos administradores locais no início do século XX, para alavancar a sociedade a partir do pressuposto de que seria a escola a grande responsável por esse feito.

Palavras-chave: História da Educação Escolar, Educação, Território Federal do Acre.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar aspectos relacionados ao projeto de educação escolar elaborado pelo Governo Federal republicano, durante o período denominado pela historiografia de Primeira República ou República Velha. Período esse que se inicia com a Proclamação da República, em 1889, e vai até a Revolução de 1930, golpe que coloca Getúlio Vargas à frente do Poder Executivo brasileiro.

O Acre, como região integrante do Brasil, nasce na Primeira República, com a assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903. Oficialmente o Acre é anexado ao Brasil e passa a ser administrado pelo Governo Federal, tornando-se Território Federal do Acre.

No que concerne à educação escolar, temos como pressuposto estabelecido pelo Governo Federal, a defesa de uma escola primária para todos, capaz de formar o cidadão republicano, bem como introduzi-lo no mercado de trabalho, tornando-o capaz de exercer atividades vinculadas à produção e ao crescimento da recém-nação republicana; e uma escola secundária, voltada para elite e classe média, grupos dirigentes da nação. (SOUZA, 2008).

Os primeiros administradores do Território Federal do Acre, que nasce na segunda década da Primeira República, encontrarão diante de si uma missão hercúlea, uma vez que



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

diante da precariedade que se encontrava o território (física, estrutural, material, financeiro etc.), havia uma necessidade urgente de se criar propostas que viabilizassem uma política educacional. Como diz Lima (2012, p. 22): “Atacar o analfabetismo e difundir a instrução primária constituem, num primeiro momento, grandes desafios enfrentados pelos administradores locais (...)”.

Para fins deste estudo, recorreremos à metodologia da pesquisa bibliográfica, subsidiada em trabalhos de autores que pesquisam a história da educação escolar como Souza (1998), Souza (2008), Horta (2012), Lima (2012) e Carvalho (2011).

Dessa forma, nos inserimos nas discussões acerca da educação escolar durante a Primeira República, com intuito de contribuir para o campo da história da educação.

2. A educação escolar durante a Primeira República nos níveis Federal e no Território Federal do Acre.

Em consonância com a Proclamação da República do Brasil, ocorrida em 1889, origina-se um projeto de modernização no país, que objetivava mudanças em todos os níveis, seja político, econômico ou social.

Modernizar a nação para o alcance de um progresso significava romper com as bases alicerçadas por quase um século de Império, além de buscar colocar o Brasil no rumo do crescimento e desenvolvimento civilizatório, tendo como modelo os grandes centros europeus.

É nesse contexto e na busca de se alcançar o objetivo de construção de uma sociedade moderna que a educação escolar passa a assumir papel central no projeto republicano: a escola será a responsável por elevar o país aos mais altos índices de desenvolvimento, bem como formar as bases intelectuais do novo cidadão, o cidadão republicano.

A esse respeito Souza (1998, p. 26) explica que:

A crença no poder redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como elemento (con)formador dos indivíduos. Potência criadora do homem moral, a educação foi atrelada à cidadania e, desta forma, foi instituída a sua imprescindibilidade para a formação do cidadão. Articulada com a valorização da ciência e com os rudimentos de uma cultura letrada, ela se apresentava como interpretação conciliadora capaz de explicar os motivos do atraso da sociedade brasileira e apontar a solução para o mesmo. Nas últimas décadas do século



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

XIX, intelectuais políticos, homens de letras e grandes proprietários rurais enfrentaram e debateram intensamente os problemas do crescimento econômico do país, a transição para o trabalho livre, a construção de uma identidade nacional, a modernização da sociedade e o progresso da nação.

Assim, o currículo escolar proposto nas primeiras décadas do período republicano estará voltado para o objetivo de formar o cidadão, bem como transmitir às camadas populares uma educação capaz de direcioná-los aos valores da modernidade. O Brasil precisava abandonar, ou superar, o retrocesso dos séculos de Colônia e mais de meio século de Império, e seria a educação a responsável por esse feito.

Importante lembrar que os entusiastas da educação modernizadora do país, definiram muito claramente uma educação voltada para o povo, ou seja, para as camadas populares, que colocariam à “mão na massa”, que trabalhariam de fato em nome da modernização, e um educação escolar voltada para as elites, ou seja, os que dirigiriam as camadas populares.

Desde as últimas décadas do século XIX, os debates centravam-se então, a partir da discussão daquilo que deveria ser ensinado para o povo, ou melhor dizendo, o que as camadas populares deveriam aprender para alavancar o crescimento a modernidade brasileira?

Baseado na obra do filósofo evolucionista Herbert Spencer, intitulada *Educação Intellectual, Moral e Physica*, que tem como proposta preparar o cidadão para as atividades que contribuam com seu crescimento, aos conhecimentos necessários à vida civilizada, onde a ciência deva estar vinculada à vida. (SOUZA, 2008).

Acerca desse aspecto, Souza (2008, p. 23) afirma que:

Valendo-se de uma argumentação detalhada, o autor buscou demonstrar como cada ramos da ciência estava intrinsecamente vinculado à vida humana. Em relação à Matemática, por exemplo, ressaltava o seu vasto emprego nas atividades industriais. Tanto o carpinteiro, o construtor de pontes e calçadas, o agrimensor, quanto o arquiteto e os artífices executavam trabalhos guiados pelos números, cálculos e verdades geométricas. Seguindo esse mesmo raciocínio, Spencer exemplificava como as manufaturas dependiam da Mecânica. As propriedade da alavanca e do cabrestante eram conhecidas em todas as máquinas e o maquinismo deviam-se todos os produtos.

Nos primeiros anos da República, e escola passou a configurar tanto o local onde a população poderia alcançar os conhecimentos necessários para a modernidade e progresso da



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

nação, como seria também, instrumento eficaz, na divulgação e consolidação dos valores do regime nascente.

Dessa forma, era preciso reformar a educação para alcançar os objetivos propostos, e nessa ordem, os reformadores iniciam, em 1890, a reforma da instrução pública, que iniciou pela Escola Normal. E entre 1882 e 1896, a instrução pública alargou as reformas para os níveis, primário, secundário e superior.

Souza (2008, p. 40) explica que:

(...) Inicialmente, o curso primário foi fixado em 8 anos de duração, dividido em dois cursos; o preliminar, obrigatório até os 12 anos de idade, destinava-se à formação do cidadão pela aprendizagem da leitura, escrita, cálculo e rudimentos das ciências naturais e sociais; o complementar, também com duração de 4 anos, tinha caráter mais completo, direcionando-se para a ampliação da cultura geral. A reforma ampliou os programas do ensino primário e normal, excluiu a educação religiosa, reafirmando a laicidade da escola pública, e adotou o método intuitivo como marco da renovação educacional.

Um dos grandes avanços no que concerne à instituição escolar foi a criação, primeiramente no estado de São Paulo, e depois em todo Brasil, dos grupos escolares, pois trouxe para o país, o modelo da escola graduada. Souza (2008, p. 41) salienta que:

O modelo de escola graduada, amplamente em voga nos países europeus e nos Estados Unidos desde meados do século XIX, compreendia um tipo de organização didático-pedagógica e administrativa de escola mais complexo, econômico e racional, adequado à expansão do ensino primário nos núcleos urbanos. Ele pressupunha um edifício com várias salas de aula e vários professores, uma classificação mais homogênea dos grupos de alunos por níveis de adiantamento, a divisão do trabalho docente, atribuindo a cada professor uma classe de alunos e adotando a correspondência entre classe, série e sala de aula.

O advento dos grupos escolares causa uma verdadeira revolução no mundo das instituições educacionais, uma vez que, no Brasil, o que havia eram escolas unitárias (ou escolas isoladas) regidas por um único professor.

Por isso, Souza (1998, p. 31-31) aponta que:



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Em realidade, na origem da escola graduada encontra-se um processo de profundas transformações sofridas pela escola primária: da existência de um conjunto de escolas sem uniformidade para um sistema mais ordenado, estandardizado e de caráter estatal; de uma escola de ler-escrever-contar para uma escola de educação integral com um programa enriquecido e enciclopédico; de uma escola de acesso restrito para uma escola de acesso obrigatório, generalizado e universalizado. O século XIX foi o cenário de experimentação e construção da escola graduada, dotada de uma estrutura coerente e durável mais adequada à universalização do ensino primário. Configurar uma organização pedagógica racionalizando em vista o ensino simultâneo foi um desafio enfrentado por todos os países que iniciaram a constituição dos sistemas nacionais de ensino nessa época. Tal organização, segundo Buisson, compreende três elementos fundamentais: a classificação dos alunos, um plano de estudos e o emprego do tempo.

Sobre a criação do grupo escolar, Carvalho in: Lopes *et all* (2011,p. 226) explica que:

(...) o Grupo Escolar é a instituição que condensa a modernidade pedagógica pretendida e o “método intuitivo” a peça central na institucionalização do sistema de educação pública modelar. De sua conjunção, resulta o modelo paulista que será exportado para outros estados da Federação. Ensino seriado, classes homogêneas e reunidas em um mesmo prédio, sob uma única direção, métodos pedagógicos modernos dados a ver na Escola Modelo anexa à Escola Normal e monumentalidade dos edifícios em que a Instrução Pública se faz signo do Progresso – essa era a fórmula do sucesso republicano em São Paulo. Viagens de estudo a esse estado e empréstimo de técnicos passam a ser rotina administrativa na hierarquia das providências com que os responsáveis pela Instrução Pública dos outros estados tomem iniciativas de remodelação escolar na Primeira República.

No que concerne ao trabalho docente, os programas adotados durante a Primeira República eram voltados para regradar a prática cotidiana do professor em sala de aula; os programas diziam o que o professor deveria ensinar e como deveria fazer. Uma onda de regulamentos, pareceres e instruções davam normatizavam o trabalho docente. Entretanto, apesar de tantos regulamentos, para os professores a tarefa mais complexa, como diz Souza (2008, p. 52) era “ensinar as crianças a ler e escrever, a dominar as noções das ciências físicas, naturais e sociais, e fazer com que elas aprendessem os valores morais e cívico-patrióticos continuava sendo um grande desafio”.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Aspecto relevante e central no debate da educação escolar nas primeiras décadas da República foi a questão dos valores morais e da disciplina oficial que regulamentaria esses valores. A República rompe com a Igreja, rompe com o regime de Padroado e torna o Brasil um país laico. Isso demonstra oficialmente o rompimento do Estado com a Igreja em todas as esferas, inclusive na educação, pois, a Constituição republicana de 1981 esclarece que o ensino escolar é leigo. Entretanto, a Igreja vai, a partir de um trabalho estratégico e minucioso, demonstrar sua força e sua presença, sobretudo, no âmbito da educação escolar. E mais: a Igreja buscará a formação dos filhos das elites, abrindo escolas de ensino médio pelo país. Como explicou Beozzo (1984, p. 281) *apud* Horta (2012, p. 82):

Toda a questão escolar, ponto nevrálgico da disputa entre a Igreja e o Estado, não atingia a população pobre, inteiramente ausente do sistema escolar. Também a Igreja não se preocupava em abrir escolas para o povo [...] estando sua estratégia voltada para os filhos das classes dominantes. Esta mesma questão do ensino religioso nas escolas oficiais não chegava a sensibilizar e mobilizar as classes dominantes, pois estas podiam sempre enviar seus filhos e filhas para os colégios de padres e freiras a elas destinados e aí obter uma educação religiosa. Por isto mesmo, as reclamações da Igreja contra o Estado adquirem um caráter mais retórico que real.

As primeiras décadas do período republicano configuram-se como palco de disputas entre a Igreja e o Estado, onde a Igreja buscará, apesar de alguns fracassos, estar presente no âmbito educacional escolar, sobretudo, através da inserção da disciplina do ensino religioso.

Horta (2012, p. 84) explica que:

Em 1928, Antônio Carlos autorizará a introdução do ensino religioso no horário escolar de todas as escolas dependentes do governo do estado de Minas Gerais; essa autorização será convertida em lei em outubro de 1929 (Minas Gerais, 1929). Uma outra vitória será obtida pelos católicos durante a Primeira Conferência Nacional de Educação, organizada em Curitiba pela Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1927. Nessa ocasião, o grupo católico consegue fazer aprovar, por 117 votos contra 86, uma moção propondo que “o ensino moral em todos os institutos de educação no Brasil tenha por base a ideia religiosa, o respeito às crenças alheias e a solidariedade em todas as obras de progresso social” (*apud* Nagle, 1974, p. 334).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Saindo da esfera das disputas entre Estado e Igreja e entrando no campo de algumas reformas educacionais, teremos na década de 1920, em São Paulo, a Reforma Sampaio Dória, que preconizava combater o analfabetismo, chaga que maculava uma grande parcela da população brasileira, e que representava um entrave para o progresso da nação, Sampaio Dória, pretendia também fazer da educação um instrumento de aquisição científica, com aprender a ler e a escrever; educar os sentidos através do canto, do desenho e dos jogos; educar a inteligência no estudo da linguagem, da análise, do cálculo e nos exercícios de logicidade; educar moralmente e civicamente, no escotismo visando os aspectos físico-geográficos-culturais do Brasil e educar fisicamente, através da ginástica, tanto pelo escotismo como pelos jogos. No Ceará, através de Lourenço Filho, em 1922, assume a Diretoria da Instrução Pública do Ceará, onde realizará um levantamento minucioso da questão educacional no estado e vai promover uma reforma que buscará promover, sobretudo, mudanças na forma de pensar e agir do corpo docente. Em Minas Gerais, a reforma fica por conta de Francisco Campos, que mobiliza o professorado para remodelar urgentemente a escola primária para que os alunos incorporem os conhecimentos para a ação prática da vida cotidiana. Em Pernambuco, a reforma Carneiro Leão vai introduzir a matéria de sociologia nos programas da Escola Normal, com intuito de fazer da escola um ambiente capaz de fazer do alunado um colaborador do melhoramento da sociedade. Na Bahia, Anísio Teixeira, entendia que os programas de alfabetização não seriam tão facilmente colocados em prática como foi em São Paulo, dadas as condições da população baiana que habitava os seus mais longínquos rincões. Fernando de Azevedo, no Rio de Janeiro, então capital federal, propõe uma reforma de cunho escolanovista, objetivando também uma educação que pudesse melhor compreender a vida e fosse capaz de transformar a sociedade. (CARVALHO in: LOPES *et all* (2011)).

Quanto à educação escolar no nascente Território Federal do Acre, há que se falar, de forma bastante introdutória e resumida, breve relato de sua peculiar história: a região acreana, rica em árvores de seringueiras (*Hevea brasiliensis*), até o ano de 1903, pertencia à Bolívia, mas não era habitada por bolivianos. Entretanto, a riqueza fomentada pela produção da borracha que enriquecia seringalistas pela venda em larga escala do produto para Europa e Estados Unidos, chamou a atenção dos donos da terra, embora brasileiros já a habitassem. A questão culminou em uma guerra entre brasileiros e bolivianos, conhecida como Revolução Acreana, que terminou em 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, que anexou oficialmente o Acre ao Brasil.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Depois da anexação ao Brasil, o Acre tornou-se, para fins de administração, Território Federal, ou seja, sem autonomia política, seria administrado diretamente pelo Governo Federal. Em 1904, o Acre foi dividido pelo Governo Federal, para melhor organização administrativa, através do Decreto Nº 5.188, de 7 de abril de 1904, em três departamentos: Departamento do Alto-Acre, Departamento do Alto-Purus e Departamento do Alto-Juruá. Cada departamento era governado por um prefeito nomeado diretamente pelo Presidente da República. A divisão departamental só vai concluir com o Decreto Nº 14.383 de 04 de outubro de 1920.

Voltando à questão da educação escolar, entendemos o quanto foi uma tarefa hercúlea para os prefeitos departamentais promoverem a instrução pública em uma região com pouquíssimas cidades (na verdade, em 1904, o conglomerados urbanos era vilarejos e cidadelas sem nenhuma infra-estrutura e com aspectos absolutamente rurais). Os departamentos eram muitos grandes, formados por imensos hectares de florestas com gente espalhada e “embrenhada” dentro das florestas, dos seringais, e sem ligação direta de um departamento com o outro.

Tarefa difícil para os administradores que deveriam criar escolas para atacar o analfabetismo, ensinar a contar e aplicar ensinamentos científicos em conformidade com o que estabelecia os pressupostos educacionais republicanos.

Lima (2012, p. 22) explica que:

(...) a situação do território nos seus primeiros anos, se impõe como desafiadora e de grandes dificuldades aos administradores dos Departamentos (Alto Acre, Alto Purus e alto Juruá), referente ao atendimento educacional para seus habitantes. Das dificuldades relacionadas a configuração geográfica da região – administrativo experimentado, passando pela dispersão populacional, posto que os habitantes ocupavam majoritariamente os seringais e não as sedes dos Departamentos, a escassez de recursos financeiros, a ausência de professores formados, bem como a incipiente fiscalização nos estabelecimentos educacionais.

Todos os prefeitos dos Departamentos tinham como meta para educação atacar o analfabetismo assim como conseguir difundir a instrução primária.

Gregório Thaumaturgo de Azevedo, prefeito do Departamento do Alto Juruá, criou as primeiras escolas desse departamento, a partir de 1905, objetivando alcançar o progresso e superar o “primitivismo” dos seus habitantes. As escolas



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

ensinavam escrita, leitura, ditado, noções de aritmética e de português, e alguma outra a critério do professor. No Departamento do Alto Purus, o prefeito Godofredo Maciel, através do responsável pela instrução pública, Arthur Cyrillo Freire, cria um Grupo Escolar em Sena Madureira, em 1912, e tem por objetivo superar um escasso número de escolas isoladas. (LIMA, 2012).

Em 01 de outubro de 1920, através do Decreto Lei Nº 14.383, o território foi unificado e Epaminondas Jácome foi nomeado governador. Para a educação o avanço ficou por parte do Regulamento da Instrução Pública, que propôs a criação de um grupo escolar para cada município e os alunos deveriam ser distribuídos em classes de ordem numérica, com classificação dos mais adiantados para os mais atrasados.

O currículo enfatizava as mais diversas disciplinas e estava em consonância com o que preceituava a educação nos centros urbanos do Brasil. Como diz Lima (2012,p. 30):

O Regulamento de ensino de 1926 apresentou um programa bem diversificado, estruturado, seguindo os ‘princípios da pedagogia moderna’. A palavra curso passou a ser utilizada com o sentido de caracterizar a noção de corpo que os reformadores pretenderam dar ao conjunto de matérias e seus respectivos conteúdos, organizados sequencialmente no decorrer de quatro anos. No 1º ano as matérias estabelecidas são as seguintes: Língua portuguesa, caligrafia, aritmética, lições de coisas (comportando lições de higiene e educação moral), educação física, exercícios militares e ginástica. No 2º ano além das disciplinas já mencionadas para o primeiro ano, foi acrescentada a disciplina moral e cívica, lições de coisas, geografia e “chorografia” do Brasil, particularmente o do Acre, história do Brasil, particularmente a do Acre, geometria prática e desenho linear. No 4º ano seriam repetidas as mesmas matérias acrescidas de educação física, exercícios militares e ginástica.

Um aspecto relevante é perceber o quão avançado era esse currículo, mas também perceber que a maioria dos professores não tinham preparo para tanto, pois não havia ainda uma formação de professores no Acre, e que os reformadores não se preocupavam com esse fato, o mais importante era uniformizar, deixar a escola padronizado em todos os municípios do território.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

O campo educacional proposto a partir do advento da Proclamação da República (1989) sofreu sérias mudanças em todos os estados da federação brasileira. A escola nos primeiros anos republicanos tanto vai servir de instrumento de difusão das ideias modernizadoras do novo regime, como vai buscar moldar as camadas populares para ações voltadas em prol de atividades que favoreçam o crescimento do país.

A educação passa por várias reformas e o trabalho docente passa a ser explicitado através de regulamentos onde era especificado o que e como fazer.

As reformas baseados no estudo do evolucionista Spencer vão conduzir a grande maioria das reformas, voltando-se, sobretudo, para propor uma escola que agrega conhecimentos científicos com atividades práticas, no sentido de uma “educação para a vida”.

No tocante ao Acre, a educação no recém-criado território, vai buscar combater o analfabetismo, “tirar a população do estado de primitivismo” e, igualmente, em consonância com os parâmetros nacionais, educar para que os alunos pudessem se tornar úteis para o território e para a nação, como explicava o regulamento da Instrução Pública, no governo Hugo Carneiro, em 1930. Preceitua o artigo I, do Capítulo I do referido Regulamento apud Lima (2012, p. 33):

“O ensino no Território do Acre terá como objetivo a transformação da criança em um ente útil ao país e, em particular, à região, conhecendo a sua própria personalidade e o meio ambiente, ficando apta, desta forma, a colaborar conscientemente para a grandeza de ambos e para o bem da humanidade”.

4. REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Reformas da Instrução Pública**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 5ª Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. 2ª ed. ver. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012. – (Coleção educação contemporânea).

LIMA, Elizabeth Miranda de. NASCIMENTO, Luciana Marino do. ALBUQUERQUE, Luciete Basto de Andrade (orgs.). **Moderno/Contemporâneo: reflexões sobre a educação**. 1ª ed. – Curitiba: Appris, 2012.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

SOUZA, Rosa Fátima de. **Tempos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo; (1890-1910)**. São Paulo: fundação Editora da Unesp, 1998 – (Prismas).

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008. – (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2).